

# Resenhas

Paulo Fontes, *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008, 346 pp.

William Vella Nozaki  
*Bacharel em Ciências Sociais – USP*  
*e mestre em Economia – Unicamp*

De um lado, as questões públicas da cidade, de outro, as questões privadas do trabalho, e, atando ambas, as passagens da migração. Ao tecer essa trama, *Um nordeste em São Paulo* revela algo acerca das sobreposições entre identidade de classe e consciência regional, entre movimentos sindicais e movimentos sociais, nas periferias da periferia do capitalismo.

Do ponto de vista histórico, ao escolher como palco a cidade de São Paulo e o bairro de São Miguel Paulista, e como personagens os trabalhadores que se deslocaram pelo eixo Nordeste-Sudeste, Paulo Fontes monta uma cena sobre a industrialização, a urbanização e a migração entre meados das décadas de 1940 e 1960.

Do ponto de vista teórico, ao optar por abordar a classe trabalhadora tanto em seu deslocamento geográfico como em sua fixação territorial, o autor esclarece a importância das redes e das linguagens sociais que compõem o núcleo do que será o senso de pertença a uma classe e a uma comunidade, tópicos decisivos para a *formação da classe operária* brasileira.

Essas perspectivas conferem o sentido geral do livro: apresentar e reafirmar o protagonismo dos “de baixo” nas decisões sobre o seu destino cotidiano e político, para além de determinações econômicas, mas não apesar delas, além de explicitar as ligações entre uma história que acontecesse escondida e a história dos macroacontecimentos.

Para tanto, o livro divide-se em cinco capítulos. De saída, o autor afasta os fantasmas de certa teoria da modernização que insistiu em abordar as migrações como transições do rural ao urbano, do regresso ao progresso, sem se perguntar sobre os impactos ou o papel desse fenômeno para os trabalhadores que dele participavam e a partir dele se constituíam. Há também que se afastar os fantasmas de certa teoria do populismo que, de um lado, passou a incor-

porar a preocupação com a presença dos trabalhadores, de outro fincou as raízes de um modelo interpretativo para o qual a participação dos trabalhadores se dá invariavelmente no marco da cooptação e da manipulação. Por fim, há que se ponderar a substituição do conceito de populismo para a noção de trabalhismo. Pois, enquanto aquele não explica certos aspectos das relações de trabalho, do mundo sindical e das influências do comunismo, este não elucida certas características das relações políticas e do mundo urbano paulistano, como o janismo e o ademarismo.

O primeiro capítulo trata de esclarecer as razões e o significado da migração. A grande migração de trabalhadores saídos das regiões rurais do Nordeste em direção às regiões urbanas no Sudeste é um fenômeno marcante na segunda metade do século XX. Por longo tempo, parte significativa da bibliografia sobre o tema tratou o fenômeno como algo caótico, irracional, causado exclusivamente pela decadência da economia agrícola do Nordeste e pelo avanço da economia industrial de São Paulo.

Ao mergulhar nesse assunto, entretanto, Paulo Fontes traz à tona novos elementos: a busca por direitos trabalhistas e por direitos urbanos foi o móvel principal a empurrar esses trabalhadores, encorajando-os a uma jornada precária através de uma travessia perigosa. Mais ainda, ao contrário do que pensa o senso comum, a vinda desses migrantes não era feita de modo apressado e desordenado: a viagem era meticulosamente arquitetada, preparada pela família no Nordeste e pela comunidade em São Paulo.

A decisão de migrar não raras vezes era precedida pela manutenção de uma pequena propriedade na terra de origem e seguida pela mobilização de uma rede de comunicação entre os que já se encontravam na terra de destino. Além disso, algumas idas e vindas de migrantes, interpretadas comumente como inadaptação ao meio urbano e moderno, eram, na realidade, tramadas como forma de conquistar novos caminhos sem se desfazer dos velhos laços.

Para Paulo Fontes, o principal problema por trás da migração não está na falta de adaptação dos nordestinos, mas na dificuldade de recepção dos paulistas. Assim, é de se compreender que a incorporação no mercado de trabalho tenha sido árdua, cabendo aos recém-chegados a dureza da construção civil antes de qualquer incursão em atividades industriais.

Já o segundo capítulo trata de apresentar o bairro em que aportaram os migrantes. A imagem com que o autor nos apresenta o bairro de São Miguel Paulista é emblemática, um bairro da periferia leste paulistana preparado para se reconstruir, pronto para abrigar e ser disputado por forças e intenções tão díspares quanto a de um pastor evangélico e a do partido comunista. A história moderna do bairro começa ainda na década de 1930, quando ali se instala uma das maiores indústrias químicas do país, transformando a região em um dos principais subúrbios industriais da região metropolitana de São Paulo.

Essa periferização da classe trabalhadora em São Paulo encontra seu auge no período abordado pelo autor. Os processos de especulação imobiliária e loteamento, comandados pela iniciativa privada no centro da cidade e combinados ao sonho do fim do aluguel e da construção da casa própria, atuaram como motores para o deslocamento periférico dos trabalhadores. A construção de moradias por meio de mutirões, financiada pelos poucos recursos poupados e com a ajuda de familiares e amigos em finais de semana e períodos de folga, ia desenhando a arquitetura do bairro.

Nesse ambiente, a vida cotidiana confundia-se com a vida das fábricas ali instaladas. Enquanto o apito da indústria organizava a vida das donas de casa, as relações de parentesco e amizade formavam as redes de indicações dos empregados que se incorporariam à empresa. Sem descuidar da atenção para com os problemas no local de trabalho e dos impactos causados pela empresa no bairro e no meio ambiente, Paulo Fontes segue armando o percurso por onde

passam e interagem a identidade trabalhadora e a identidade comunitária.

O terceiro capítulo aborda os padrões de utilização do tempo livre e de lazer conformados entre o trabalho e a comunidade, traçando um panorama da sociabilidade periférica.

Em face de limitadas ofertas de opções culturais e de entretenimento, salta à vista atividades recreativas como nadar ou pescar no rio Tietê, passear pela praça central de São Miguel Paulista, participar do *footling* e brincar o carnaval de rua. Além dessas formas elementares de ocupação do espaço público para a diversão, a vida de lazer do bairro parece girar ao redor de iniciativas privadas. Em uma região carente de serviços públicos, e de população religiosa, não é de estranhar que as festas da igreja fizessem muito sucesso. Mas era em torno do Clube de Regatas da Nitro Química que o tempo livre dos moradores do bairro parecia ser aplicado com mais intensidade. Atividades esportivas, bailes, apresentação de cantores e artistas famosos, tudo parecia remeter ao patrocínio da grande indústria.

Além de brincadeiras de futebol, dominó, baralho e sinuca, os bares e botequins parecem coroar os espaços de encontro, revelando a importância das redes informais. Mas também é a partir deles que se constitui uma das características de São Miguel Paulista: comportar um dos mais elevados índices de violência da cidade.

Inúmeras explicações atribuíram a culpa dessa violência à natureza bruta e inadaptada do migrante nordestino, estereotipado nas figuras do “cangaceiro” ou do “cabra-macho”. É bem verdade que tais caracteres fazem parte do senso de masculinidade do migrante nordestino, mas para Paulo Fontes estão longe de explicar os problemas do bairro. Muito mais plausível é encontrar a causa desses problemas nas carências urbanas em que vivia a região leste de São Paulo.

A ausência de saneamento básico, a falta de pavimentação nas ruas, a precariedade da iluminação pública, a quase inexistência de telefonia, a oferta

insuficiente de serviços educacionais, a precariedade do transporte público, tudo somado ao crescimento constante do bairro, seriam fatores decisivos para que os moradores da região internalizassem uma sensação de isolamento e abandono.

Nesse cenário, o autor insiste e reforça: os laços de parentesco e vizinhança e as relações de trabalho e amizade são elementos fundamentais para amenizar a ausência do poder público. Mas isso não justifica tratar esses vínculos como se fossem formados apenas por relações solidárias e comunitárias. As tensões e disputas também estiveram presentes, e são parte integrante dessa sociabilidade. A hierarquia das profissões e ocupações tem seu reflexo na própria geografia urbana do bairro, separado em vilas de administradores e vilas de operários; enquanto a segregação reaparece na relação entre migrantes (nordestinos) e imigrantes (turcos, italianos e japoneses).

O quarto capítulo retrata a vida política e partidária da cidade e de seu subúrbio leste. O final da Segunda Grande Guerra abriu um período de grande participação e mobilização política entre os trabalhadores brasileiros, e os reflexos desse fenômeno foram particularmente intensos em São Miguel Paulista.

A célula do PCB nesse bairro, segundo o autor, tornou-se verdadeiro orgulho do partido, por ser a maior organização de base em São Paulo. Prova disso é o conjunto de visitantes comunistas ilustres recebidos pelo bairro, figuras como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Dorival Caymmi, Luis Carlos Prestes e Carlos Mariguella. O partido arregimentou militantes e conquistou simpatizantes não só entre operários, mas também entre comerciantes e profissionais liberais, de maneira que os idos de 1945-1946 ficariam marcados por uma intensa onda de comícios e atividades públicas organizadas pelos comunistas.

É bem verdade, lembra Paulo Fontes, que no âmbito eleitoral a popularidade e a influência do trabalhismo varguista continuava imperando, mas isso não impediu que, nas eleições para a Assembleia Legislativa de 1947, o bairro de São Miguel desse vi-

tória ao PCB. A partir de então o partido passaria a ser visto ora como ameaça (a ser combatida pela associação entre empresários e órgãos de repressão do Estado), ora como objeto de desejo (a ser disputado para potenciais alianças político-partidárias com agremiações como o PSP). Enquanto permaneceu na legalidade, o PCB atuou como escoadouro das reivindicações trabalhistas e sociais, mas assim que foi posto na clandestinidade abriu caminho para o surgimento de um fenômeno profundamente enraizado nas periferias paulistanas: o populismo ademarista e janista, aquecido ainda, pondera o autor, pelas iniciativas assistencialistas da própria fábrica e pelas iniciativas filantrópicas da igreja local.

A utilização do carisma pessoal e da máquina estatal a fim de empreender uma política que busca flertar, de maneira oportunista, com as necessidades dos trabalhadores foi prática comum entre figuras como Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Paulo Fontes aborda tais figuras – complexas e ambíguas – em seus matizes, apontando diferenças, mas sobretudo ressaltando a via de mão dupla que liga a política do bairro à política do Estado. Ao mesmo tempo em que traziam certo clientelismo do jogo partidário ao território da periferia, esses políticos levavam para a arena política certas reivindicações e linguagens da periferia.

Desse modo, a adesão ao ademarismo e ao janismo em São Miguel não pode ser simplesmente enquadrada nos modelos de cooptação das massas, é preciso lê-la no registro da busca por representação política (para além do espectro esquerda-direita). Disso não resulta, entretanto, uma leitura “chapa branca” do processo histórico. Paulo Fontes reconstrói o cenário das disputas eleitorais e a composição das coligações partidárias, chamando a atenção para uma espécie de reedição da aliança entre potentados com raízes locais e lideranças com projeção estadual/nacional, expressa nas relações entre os vereadores locais, o prefeito e o governador.

A penetração desses vereadores no bairro e sua visibilidade na política da cidade se dá a partir de

redes informais, de compadrio e compromissos pessoais. Entretanto, o que chama a atenção do autor – e essa é a mensagem a ser guardada – não é tanto a maneira como os “poderosos” se relacionam em uma teia de favores, mas como a própria existência dessa trama traduz um processo de construção de demandas “populares” que refletem a exigência de melhores condições de trabalho e, sobretudo, de serviços urbanos. Pleiteando melhoramentos para suas vilas e para seu bairro é que os moradores de São Miguel seguiam construindo sua identidade política, num crescente que culmina na criação de comissões de moradores e entidades de bairros, analisadas no quinto e último capítulo do livro.

A estruturação das Sociedades Amigos de Bairro no início dos anos de 1950, a criação dos Conselhos Distritais em meados da década e a fundação da Federação das Sociedades Amigos de Bairros e Vilas de São Paulo, no final da mesma década, são exemplos da organização dos cidadãos paulistanos em busca de melhorias na infraestrutura urbana e na oferta de serviços públicos. O aumento nas tarifas dos serviços públicos, além da diminuição do poder aquisitivo dos salários, levou a cidade à “greve dos 400 mil”, marcando o estreitamento dos laços entre entidades de bairro e movimento sindical. Os protestos contra a carestia e a inflação marcavam portanto uma articulação política entre o mundo do trabalho e as questões urbanas, anota Paulo Fontes.

A manifestação dessa ligação, em São Miguel Paulista, se deu pela atuação do Centro Amigos de São Miguel e do Sindicato dos Químicos; sua expressão encontrou voz, primeiro, na organização de paralisações e, em seguida, na criação de um movimento autonomista que buscava alçar o bairro à condição de município. Embora o movimento não tenha logrado êxito, teve o mérito de reforçar uma identidade local e comunitária forjada a partir da insatisfação com a condição de vida precária, além de ter motivado os moradores da região a pensar em alternativas de desenvolvimento.

Narrando, por assim dizer, a história de uma identidade que emerge da migração, de uma consciência que se faz no trabalho e de uma ação que se concretiza na cidade, Paulo Fontes lança luz sobre as conquistas e os desafios envolvidos na construção do protagonismo das camadas populares.

Ao final da leitura fica a mensagem: a luta por direitos trabalhistas e sindicais confunde-se com a luta por direitos urbanos e sociais, e se assim transcorre a história é porque a conquista da cidadania ocorre no palco da cidade e por intermédio do trabalho.

Siegfried Kracauer, *O ornamento da massa: ensaios*. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Marlene Holzhausen. São Paulo, Cosac Naify, 2009, 380 pp.

Luís Felipe Sobral

*Mestrando em Antropologia Social – Unicamp  
e bolsista do CNPq*

*[...] e, além da aparência exterior, ele se distinguia também dos demais viajantes por ser o único que não mirava apático o vazio, mas se ocupava em traçar apontamentos e esboços que se relacionavam obviamente à sala onde ambos estávamos sentados [...].*

Sebald (2008)

Em 9 de junho de 1927, escreveu Siegfried Kracauer (1889-1966) em *Die Frankfurter Zeitung*: “O lugar que uma época ocupa no processo histórico pode ser determinado de modo muito mais pertinente a partir da análise de suas discretas manifestações de superfície do que dos juízos da época sobre si mesma. Estes, enquanto expressão de tendências do tempo, não representam um testemunho conclusivo para a constituição conjunta da época. Aquelas, em razão de sua natureza inconsciente, garantem um acesso imediato ao conteúdo fundamental do existente. Inversamente, ao seu conhecimento está ligada sua interpretação. O conteúdo fundamental de

uma época e os seus impulsos desprezados se iluminam reciprocamente” (p. 91).

Este fragmento serve de introdução ao ensaio homônimo ao título da presente coletânea; pode ser tomado como fio condutor de leitura desta: eis o que irei perseguir nesta resenha, pautando-me, para tanto, em alguns leitores argutos de Kracauer.

Em 1921, abandonando a carreira de arquiteto, Kracauer passou a escrever para o *Frankfurter Zeitung* – prestigiado jornal da esquerda liberal burguesa –, no qual praticava o chamado *feuilleton*, gênero jornalístico oitocentista que, de fórum beletrista, transformou-se, em resposta às velozes mudanças sociais e culturais da modernidade, em um espaço para análises diagnósticas de fenômenos contemporâneos (cf. Levin, 1995, pp. 4-6). Ao longo de onze anos, Kracauer, de origem judaico-alemã, empreendeu a análise das diversas formas de cultura urbana – em Frankfurt, depois em Berlim – como testemunha e crítico da falência da República de Weimar (1919-1933) e da fatídica guinada à direita que resultou, para ele, na perda do emprego e no exílio parisiense – onde iria permanecer ainda até o início da guerra, momento em que emigrou definitivamente para os Estados Unidos, acompanhado da esposa (cf. *Idem*, pp. 6-8). O desejo de Kracauer em publicar um volume com seus ensaios do *Frankfurter Zeitung* remonta ao tempo em que ainda trabalhava no jornal; só foi satisfeito trinta anos depois, com uma coletânea em dois volumes editada pelo próprio autor (cf. *Idem*, pp. 10-13)<sup>1</sup>.

O presente livro reúne 24 ensaios extraídos dos dois volumes, todos oriundos do período em que Kracauer escrevia para o *Frankfurter Zeitung* – apenas três deles não foram publicados pelo periódico. Tais peças compreendem a análise de um amplo conjunto de fenômenos da modernidade: a fotografia, os livros de sucesso, as obras de Kafka e Simmel, os estúdios cinematográficos nos arredores de Berlim, a viagem e a dança, as passagens – estas, objeto do livro que o amigo Walter Benjamin escrevia. Por meio de uma espécie de mergulho intelectual que não he-

sita em encarar o concreto, Kracauer faz uso da fragmentação característica da modernidade para acessar a realidade, como a entendia. No ensaio citado acima, por exemplo, a partir dos corpos das *Tillergirls* – companhia de revista britânica que fez turnê pela Europa –, de organização geométrica e movimento matemático, de forma que perdem seu caráter individual para dar lugar a uma massa ornamentada, assemelhando-se às fotografias aéreas de paisagens, ao que corresponde a ordenação regular da massa nas tribunas, o autor vislumbra o processo de racionalização do capitalismo: “O ornamento da massa é o reflexo estético da racionalidade aspirada pelo sistema econômico dominante” (p. 95). É assim que, na perspicaz capa dessa edição, reside a fotografia, tirada do alto, de um número musical – figura cuja forma, na devida distância dos olhos, aproxima-se de uma rosácea de catedral gótica.

A coletânea é precedida por um ensaio de Miriam Hansen<sup>2</sup>, no qual mapeia o que chama de duplo desabrigo – isto é, o espaço entre a farsa do mundo burguês e a alteridade da cidade moderna –, tensão denominada “extraterritorialidade” por Kracauer, como sua autodefinição intelectual, em carta a Theodor Adorno de 8 de novembro de 1963, indica a prefaciadora. Tal formulação identitária, mostrou Martin Jay (1986), abarcava até mesmo sua aparência física heteróclita e era tanto a fonte como o limite da produtividade do autor. Se é necessário considerar um exílio *stricto sensu* – no percurso Alemanha-França-Estados Unidos –, deve-se levar em conta, na medida exata, esse olhar para o passado que constrói um exílio identitário já na terra natal, pois, mesmo que se trate de ilusão biográfica, no sentido de Pierre Bourdieu (1986), ainda assim possui uma positividade. Hansen, atinada com tais evidências do exílio, busca delinear, em particular, a relação de Kracauer com a cultura de massa: ao longo do processo em que é construída como objeto, “a partir das perspectivas cruzadas de uma filosofia da história e da crítica da ideologia” (p. 10), estabelece-se a articulação en-

tre crítica objetiva e experiência pessoal – evidente na frequente mudança de voz, em um mesmo ensaio, da terceira para a primeira pessoa do plural. Kracauer, diz ela, vê a modernidade como o zênite histórico da perda crescente de sentido da vida e, ao longo dos anos de *feuilleton*, opera uma mudança de enfoque teórico: da metafísica ao concreto.

O raciocínio de Kracauer que justifica essa guinada da metafísica à realidade empírica, aponta Thomas Levin (1995) na introdução da edição norte-americana, advoga que a forma estética é particularmente conveniente para expressar a verdade de um período histórico alienado e torná-la legível. Algumas linhas depois, Levin explicita o método analítico de Kracauer: “De acordo com sua metodologia, a qual nos faz lembrar a articulação proléptica de Morelli da lógica da parapraxis de Freud, é a própria *insignificância* de tais artefatos cotidianos que os permite servir como índices seguros ou sintomas de condições históricas específicas” (*Idem*, p. 15; tradução minha, grifos do autor) – e, em seguida, cita o excerto programático que abre esta resenha. Levin refere-se a Giovanni Morelli, colecionador de arte italiano que, em fins do século XIX, propunha um novo método na identificação da autoria pictórica: em vez de privilegiar os traços célebres dos pintores, alvo evidente das falsificações, deveria se ater aos negligenciáveis e, portanto, mais característicos, porque menos conscientes – e, assim, menos evidentes a olhos não treinados. Como se sabe, foi Carlo Ginzburg quem identificou, no final do Oitocentos, a emergência desse saber de origem antiquíssima denominado indiciário, que aproxima os signos pictóricos de Morelli aos sintomas de Freud e às pistas de Sherlock Holmes sob a máxima detetivesca: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 2002, p. 177). Assim, é sintomático que, durante os anos de transição para o concreto, isto é, de 1922 a 1925, Kracauer tenha escolhido o romance policial como assunto de um “tratado filosófico” (cf. Levin, 1995, pp. 14-16), do qual o

ensaio “O saguão de hotel”, na presente coletânea, é um capítulo<sup>3</sup>. Não é à toa, igualmente, que se falou da afinidade entre *O ornamento da massa* e *Minima moralia* (cf. *Idem*, p. 3; Jay, 1986, p. 162), uma das obras que Ginzburg (2002, p. 178) elenca como indiciária devido ao fato de delinear os sintomas de uma sociedade enferma. Do mesmo modo, também sublinham-se os comentários precisos, publicados no *site* da editora, de Márcio Seligmann-Silva e Francisco Alambert – que caracterizam Kracauer, respectivamente, como capaz de “escandir os elementos sociais insuspeitos e inconscientes a partir dos fenômenos aparentemente mais banais” e como “arqueólogo ou detetive da verdade escondida” – e de Leopoldo Waizbort, que fala “da realidade revelada pela cultura de massas”. Em suma, localiza-se *O ornamento da massa* no rol das obras ditas indiciárias.

Sem embargo, é o próprio Ginzburg quem fornece a próxima pista, em um ensaio recente no qual investiga a relação que Kracauer estabelece entre um modelo cognoscitivo cinematográfico e a história. O ponto de partida de Ginzburg é o olhar retrospectivo de Kracauer na introdução de seu livro póstumo sobre a história (cf. Kracauer, [1969] 1995a, pp. 3-16), na qual vislumbra coerência em sua obra, dissertando sobre a continuidade involuntária entre esse último trabalho e o ensaio “A fotografia”, de 1927, publicado nessa coletânea. Na parte final de seu texto, Ginzburg, a partir de uma analogia entre Flaubert e o fotógrafo – estabelecida por um leitor contemporâneo do escritor francês –, identifica temas semelhantes em *A educação sentimental* e no livro de Kracauer: em particular, o entrelaçamento de micro e macro-história e a rejeição da filosofia da história (cf. Ginzburg, 2007, p. 244). Ora, no momento de aproximar, quanto à “sucessão de sensações visuais e auditivas, ritmadas por frases breves, quebradas como fotogramas” (*Idem*, p. 246), um trecho da *Histoire de France*, de Michelet, a morte de Dussardier em *A educação sentimental* e Kracauer, o historiador italiano executa uma operação metonímica na qual um

excerto do manual de direção cinematográfica de Vsevolod Pudovkin, citado em dois momentos por Kracauer (cf. [1960] 1997, p. 51; 1995a, p. 122), faz as vezes deste que, por seu turno, faz as de Flaubert. Em vez de transcrever Pudovkin aqui, adiciono mais uma camada a essa estrutura metonímica, citando um trecho muito flaubertiano do artigo de 1926 que abre esta coletânea, e no qual Kracauer segue com primor as instruções do cineasta russo, que, ao lado de Eisenstein, desenvolveu a teoria do contraponto audiovisual: “Um garoto mata um touro. A frase de uma gramática escolar é representada em uma elipse amarela, na qual o sol ferve. Olha-se para a oval a partir das tribunas e árvores, em que os nativos pendem como bananas azuis. O touro brame estúpido pela arena. Diante da praga delirante, o garoto está só” (p. 51).

De fato, o que permite a aproximação morfológica, via Ginzburg, entre Kracauer e Flaubert é a história: a despeito de se localizar em dois momentos distintos da modernidade, compartilham o interesse por um modelo cognoscitivo pautado na fragmentação da experiência urbana. Entre os dois, contudo, há o cinema, que sedimenta esse modelo e corresponde a vivências sociais particulares. Em “Culto da distração”, publicado no *Frankfurter Zeitung* em 4 de março de 1926, Kracauer descreve a opulência palaciana dos cineteatros berlinenses, onde o espetáculo não se limita ao filme, mas compreende a totalidade da experiência, como “um caleidoscópio ótico e acústico” (p. 344). Se, nessa cultura da distração, de um lado, os sentidos das massas são excitados a ponto de impedir a reflexão, de outro, o espetáculo é incapaz de se furtar a indicar a desordem da sociedade, pois é parte intrínseca desta; tal tensão estrutural se alimenta da urgência de mudança: “Frequentemente pelas ruas de Berlim se é surpreendido pela ideia de que tudo venha um dia, improvisadamente, rachar no meio” (p. 347). Depara-se, mais uma vez – a partir de um indício extraído da vivência urbana –, com a relação entre uma forma cognoscitiva e uma visão da

história destituída de um princípio geral que a organizaria.

É certo que, tão somente em sua articulação dos fenômenos modernos nos termos amplos de uma cultura visual, este livro justifica seu lugar na coleção em curso. No entanto, uma vez que se tenha em vista a tese do volume que inaugura esta coleção – ou seja, de que “a modernidade pode ser melhor compreendida como inerentemente cinematográfica” (Charney e Schwartz, 2004, p. 18) –, vê-se, enfim, o esboço de uma dupla convergência: os dois livros compartilham argumentos afins e a mesma série editorial.

Assim, por sua interpretação do mundo a partir da superfície, na descrição benfeita dos detalhes por vezes os mais medíocres, em suma, por sua atenção perspicaz para o concreto, *O ornamento da massa* exige, portanto, que se afirme que Kracauer ia ao cinema, lia Kafka e os livros de sucesso, assistia à apresentação das *Tillergirls*, ia à tourada e à dança, e assim por diante – e tudo isso presume, necessariamente, a vivência urbana que lhe deu ensejo.

## Notas

1. *Das Ornament der Masse. Essays (1920-1931) e Strassen in Berlin und anderswo. Essays aus der Frankfurter Zeitung von 1925-1933*, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1963 e 1964, respectivamente.

2. Tal prefácio foi publicado originalmente em 1991 em *New German Critique*, Ithaca, 54, pp. 47-76, outono – número totalmente dedicado a Kracauer e que consiste em excelente introdução à obra do autor. Ver também Gertrude Koch, *Siegfried Kracauer: An Introduction*, Princeton, Princeton University Press, 2000.

3. *Der Detektiv-Roman. Ein philosophischer Traktat*, publicado em *Schriften I*, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1971.

## Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. (1986), “L’illusion biographique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62-63, pp. 69-72, jun. Paris.
- CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa R. (2004), “Introdução”. In: \_\_\_\_\_ (orgs.), *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo, Cosac Naify, pp. 17-29.

GINZBURG, Carlo. (2002), “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: \_\_\_\_\_, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 143-179.

\_\_\_\_\_. (2007), “Detalhes, primeiros planos, microanálise: à margem de um livro de Siegfried Kracauer”. In: \_\_\_\_\_, *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 231-248.

JAY, Martin. (1986), “The extraterritorial life of Siegfried Kracauer”. In: \_\_\_\_\_, *Permanent exiles. Essays on the intellectual migration from Germany to America*. Nova York, Columbia University Press, pp. 152-197.

KRACAUER, Siegfried. (1995a), *History: the last things before the last*. 1ª edição 1969. Princeton, Markus Wiener Publishers.

\_\_\_\_\_. (1995b), *The mass ornament: Weimar essays*. Cambridge, Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. (1997), *Theory of film: the redemption of physical reality*. 1ª edição 1960. Princeton, Princeton University Press.

LEVIN, Thomas Y. (1995), “Introduction”. In: KRACAUER, S. *The mass ornament: Weimar essays*. Cambridge, Harvard University Press, pp. 1-30.

SEBALD, W. G. (2008), *Austerlitz*. São Paulo, Companhia das Letras.

João Marcelo Ehlert Maia, *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008, 223 pp.

Paula Vedoveli

*Mestranda no IRI – PUC-Rio e bacharel em História na UFRJ*

A análise de produtos culturais, especialmente de textos e ideias, está longe de constituir um campo epistemológica e metodologicamente homogêneo ou, no mínimo, consensual. Nas diversas áreas do co-

nhcimento que se dedicam a analisar a relação entre texto, autor e contexto, como a sociologia, a história e a crítica literária, podemos observar um *continuum* no qual em um de seus extremos estaria hipoteticamente localizado o contextualismo, ou o reducionismo ao chamado “contexto”, e no outro teríamos variações, de um lado, da autonomia do autor (em geral, perspectivas associadas à genialidade do indivíduo e informadas por alguma filosofia da história essencialista) e, de outro, da autonomia do texto, como sistemas de signos fechados ou como sistemas que emergem da intertextualidade.

Assim, um estudo que se pretenda uma análise do pensamento social informada sociologicamente, se bem-sucedido, constitui-se em uma importante contribuição para os debates que em muito se pautam pela disputa acerca da proeminência de um dos eixos desse tripé. Para essa proposta os riscos são muitos; afinal, como analisar o pensamento de um autor sem: a) reduzi-lo à explicação de um determinado contexto que informaria e conformaria as preocupações e as soluções dos autores, tornando suas ideias funções do meio; b) torná-lo uma função da individualidade do autor, apelando para variantes de um individualismo ontológico essencialista; e c) ignorar essas duas variáveis e afirmar a total independência do texto, numa perspectiva que desmonta a autoria e a historicidade das ideias?

De certa forma, o livro *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*, de João Marcelo Ehlert Maia, é uma tentativa de resposta a tais dilemas que continuarão a ocupar, indefinidamente, as mentes de estudiosos de textos, imagens e demais produtos culturais. Preocupado em analisar o lugar do espaço nos escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio, engenheiros e escritores republicanos, o primeiro desafio de Maia é não se render completamente a uma hermenêutica internalista, como a de Gadamer<sup>1</sup>, ou a um contextualismo histórico, como o de Skinner<sup>2</sup>, mas postular uma abordagem que não entenda o espaço apenas como entidade geográfica e

sim como categoria capaz de concatenar problemas sociais mais amplos e de entender suas ressignificações em associação com as experiências sociais e intelectuais de seus autores, em uma perspectiva que incorpore o lugar social<sup>3</sup> de forma constitutiva sem torná-lo determinante em demasia.

A resposta para essa proposta de análise do pensamento social informada sociologicamente está em entender o espaço como categoria simbólica e discursiva, cujos limites e possibilidades estão delineados nas experiências que constituiriam o *ethos* de seus autores. Assim, o espaço não é meramente uma variável cientificista que determina o comportamento dos atores, mas o lugar da imaginação, sítio de possibilidades e ideia-força que orienta, para o pensamento de Euclides e de Vicente Licínio, concepções de modernização e de processos civilizatórios que se distanciarão do tradicional modelo europeu.

Entender a configuração do espaço simbólico, por sua vez, depende da compreensão do *ethos* que anima tais personagens a mobilizar essa categoria e a fazer dela um eixo constitutivo de suas propostas políticas. Nesse sentido, o que pode informar a configuração de tais *ethos* que não a recorrência a qualidades subjetivas e individualistas, muitas vezes sublinhadas por biógrafos? Novamente, a solução encontrada por Maia – fruto de seu diálogo com os trabalhos de Maria Alice Rezende de Carvalho<sup>4</sup> e de Luiz Werneck Vianna<sup>5</sup> – está em entender a inscrição sociológica dos autores por meio de sua formação educacional e do *ethos* que essa formação e consequente escolha de profissão acarretam em termos de forma de pensar e de *status* social. Tornam-se, portanto, informações essenciais entendermos o lugar social dos engenheiros na Primeira República e os traços que essa profissão induz no caráter do indivíduo – no caso, constituição do positivismo como código moral, afeição ao americanismo e tendência a se entender como agente organizador da sociedade.

A escolha seria ingrata caso Maia não conseguisse de fato demonstrar que o mundo dos engenheiros

conforma sensibilidades – o que ele adequadamente denomina de experiências sociais e intelectuais; em seu argumento, fica especialmente claro o papel do positivismo na formação individual e no entendimento de Euclides e de Vicente Licínio como agentes organizadores de sua sociedade, fato que faz Maia cunhar o termo “americanismo positivista” de forma a demonstrar a ligação entre esse código moral e a busca pelo desenvolvimento de traços americanos no Brasil republicano. Da mesma forma, é decerto relevante a constatação de que os engenheiros como grupo não se encaixavam confortavelmente na hierarquia social da Primeira República, que priorizava os bacharéis oligarcas e não necessariamente os *self-made men* americanistas, e essa situação se expressava na manipulação do espaço como categoria que abria possibilidades de uma modernização que não necessitava referenciar-se a uma tradição essencialista da história brasileira e, com isso, não reificava seu arranjo social.

O brilhantismo dessa escolha teórica – que de fato se apresenta como uma alternativa bem-sucedida aos dilemas já enunciados – não pode ser necessariamente estendido a toda e qualquer análise do pensamento social, nem tomado em termos absolutos. Isso aceitando que falar em inscrição sociológica e experiências sociais e intelectuais é uma opção que atenua determinismos de contexto e de autoria, mas não é uma solução formatada para aplicação e estudos de casos – pelo contrário, seu emprego pode ser sinuoso, pois quais fontes devem ser utilizadas para caracterizar o *ethos* dos pensadores ou, mesmo, que tipos de dados são suficientes para caracterizar essas experiências que constituem os caminhos dados às ideias dos autores?

Mesmo no trabalho criterioso e muito bem informado de Maia, o leitor pode sentir falta de uma análise mais detalhada das tradições intelectuais e das redes de sociabilidade que envolvem os intelectuais do período, de forma a entender como os exemplos de Graça Aranha, Ronald de Carvalho e dos simbo-

listas cariocas se associam às experiências de Euclides e Vicente Licínio para além da apresentação de alternativas ao uso da categoria da terra em suas chaves de pensamento. Tal detalhamento poderia ser importante para entendermos os distintos usos da categoria terra entre esses três grupos e sua relação com os projetos políticos que os animariam – o fato de Graça Aranha e Ronald de Carvalho serem diplomatas de alto escalão, por exemplo, certamente pode estar relacionado com as ambiguidades que Maia aponta na utilização da categoria terra na fundação da tradição para o pensamento desses autores.

Por outro lado, a densidade das perguntas e dos argumentos desenvolvidos ao longo do livro o tornam um trabalho semelhante a um tecido muito bem trançado, cuja densa trama denota sua coerência e consistência. Ao mesmo tempo em que temos uma série de perguntas sendo respondidas ao longo da obra, que ajudam a construir o argumento principal do autor, tais questionamentos só são passíveis de serem feitos e satisfeitos dada a capacidade de Maia em utilizar trabalhos inscritos nos registros de diversas disciplinas, com a clareza de que o seu objeto requer um estudo interdisciplinar, não restrito necessariamente às matrizes sociológicas. A maestria com que Maia faz uso dessas diversas contribuições é central para a construção de seu argumento e torna difícil redigir críticas pautadas pelo desconhecimento de autores ou pelo uso inadequado de tais referências.

Contudo, e mesmo que os pontos positivos desse arranjo superem uma ou outra defasagem, a densidade da trama do livro às vezes pode dificultar a compreensão, principalmente por dois motivos. Em primeiro lugar, porque muitas vezes o sentido da narrativa não é evidente para o leitor, isto é, a concatenação de capítulos e problemas pode fugir à percepção do leitor que, como eu, se pergunta a função da análise dos escritos de Graça Aranha, Ronald de Carvalho e dos simbolistas cariocas para o estudo dos textos de Euclides e Vicente Licínio, questão que só se torna mais clara ao longo dos dois capítulos finais e, mais

especificamente, na conclusão. Tal fato gera certa ansiedade ao leitor que sabe estar sendo conduzido mas não tem clareza da trajetória, dado que, especialmente, a pergunta central está diluída e não é explicitada no texto, o que permitiria a subordinação dos outros questionamentos realizados ao longo dos capítulos. Esse traço não questiona a imponência da obra, apenas pede paciência aos leitores mais inquietos.

O segundo ponto refere-se a temas centrais à argumentação e que só aparecem definidos após larga utilização no texto. Isso não significa que não haja clareza conceitual; pelo contrário, em muitos momentos Maia preocupa-se em definir conceitos como “sociedades periféricas”, “força da terra” e “Rússia Americana” – este último, pilar da conclusão do livro. O leitor tem que estar atento ao fato de que as ideias de americanismo e americanidade, largamente utilizadas ao longo do trabalho, só encontram definição parcial no capítulo dedicado a Vicente Licínio, quando Maia discorre sobre o americanismo no pensamento latino-americano. Isso, contudo, não erradica as ambiguidades próprias a essas ideias, que são também associadas às diversas propostas de modernização e que, por sua vez, encontram sugestões de caminhos civilizatórios distintos na manipulação da categoria da terra por Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Euclides da Cunha e Vicente Licínio.

Essas pontuações ao texto de Maia, entretanto, não obscurecem a importante contribuição que sua tese de doutorado – hoje transformada neste livro – adicionou às ciências sociais, especialmente à área de estudos sobre textos e pensamento social brasileiro. Entender a terra como espaço simbólico e espaço de invenção foi fundamental para desvelar as propostas de modernização e civilização encontradas nos livros e ensaios de Euclides e Vicente Licínio, e como tais ideias poderiam estar associadas a uma vontade organizadora proveniente da absorção do positivismo como código moral e da afeição que os autores demonstravam por um americanismo propulsor de um tipo de modernização que, para tanto, superava as

tensões com a tradição iberista – ambíguas para Graça Aranha e Ronald de Carvalho.

Contudo, a surpresa – ou o grande salto argumentativo do texto – encontra-se no desenvolvimento da ideia da “Rússia Americana”. Afirmando que a manipulação da categoria do espaço por esses pensadores da Primeira República possibilitaria uma nova cartografia intelectual que aproximava o Brasil de outras sociedades periféricas, isto é, de organizações sociais cujo desenvolvimento não se pautou pelo padrão europeu, Maia demonstra o quanto o principal eixo comparativo foi firmado diretamente com a experiência russa. No caso de Euclides, porque a Rússia exemplificava o seu argumento da transfiguração da barbárie, da ocupação de terras por meio de povos que conseguissem adaptar-se lentamente aos desígnios da “força da terra”, problema que o padrão civilizatório litorâneo não conseguia resolver. Já no caso de Vicente Licínio, porque a intelectualidade russa exprimia, segundo seu ponto de vista, os mesmos problemas de marginalização e inadequação que Licínio estaria apresentando como engenheiro periférico e escritor, os quais possivelmente seriam solucionados com o recurso a um americanismo fordista, como bem aponta Maia.

Afinal, a nossa “Rússia Americana” serviria para resolver um problema que Maia entende como fulcral para a nossa modernidade, colocado nas primeiras páginas de sua Apresentação: “Qual é o lugar do Brasil em um contexto internacional que parece rearranjar as tradicionais geografias que estruturavam a divisão ‘centro-periferia’ e permitir a emergência da Rússia, da China e da Índia, para ficarmos apenas em três regiões, até aqui bem pouco incorporadas ao nosso campo de observação?” (p. 9).

Ao entendermos que essa Rússia Americana se apresenta como uma matriz civilizatória alternativa e não essencialista, isto é, não presa a uma narrativa ontológica da tradição e a códigos morais que a informariam, a resposta não deixa de aparecer nas últimas páginas de sua Conclusão. Nesse ponto, Maia é

direto e faz jus aos pensadores a que se reporta: “Na matriz construída a partir de uma sociologia da terra, desenhada por dois peculiares engenheiros, estaria uma pista para o reencontro do Brasil com uma experiência intelectual e política que se abre para o mundo moderno e alarga o universo da imaginação modernista. Este parece ser o caminho mais instigante para articular a questão nacional e os dilemas da civilização contemporânea” (p. 206).

Maia demonstra, assim, que o estudo do pensamento social brasileiro não deve restringir-se a análises historicistas que circundam o autor em seu tempo. Recuperar os pensadores brasileiros é, portanto, uma maneira de aumentar a nossa capacidade de reflexão sobre os questionamentos contemporâneos, incorporando perspectivas, abordagens e propostas construídas em outro tempo, certamente, mas cujas problemáticas parecem manter-se vivas em tempos modernos.

Dadas as impressionantes contribuições teóricas e empíricas e a grande qualidade analítica do livro *A terra como invenção* – resultado da primeira tese de doutorado a ganhar o prêmio da prestigiosa editora Jorge Zahar –, podemos esperar para o futuro importantes contribuições de João Marcelo Maia para a compreensão do pensamento social brasileiro.

## Notas

1. Hans Georg Gadamer, *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, Vozes, 2003.
2. Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
3. Michel De Certeau, *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
4. Maria Alice Rezende de Carvalho, *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1998.
5. Luiz Werneck Vianna, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 2004.

Antonio Sérgio A. Guimarães, *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo, Cortez, 2008, 144 pp.

Matheus Gato

*Pós-graduando em Sociologia – USP  
e pesquisador da Fapesp*

Flavia Matheus Rios

*Mestre em Sociologia – USP*

A intuição de que o preconceito racial é o conceito-chave para compreender as relações sociais entre grupos humanos classificados por cores básicas (branco, negro, vermelho, amarelo) nas sociedades modernas é um dos legados teóricos mais polêmicos da sociologia do século XX. Ela aposta na existência de um conflito social explícito ou sutil estruturante na acumulação, produção e distribuição de recursos materiais e simbólicos, cujo saldo são as desigualdades raciais.

Antonio Sérgio Guimarães é um dos cientistas brasileiros mais dedicados ao exame dessa problemática<sup>1</sup>. As principais questões que orientam seu trabalho há quase duas décadas são: como os denominados pretos, pardos, brancos, negros, mestiços, amarelos etc., constituem-se em “raças sociais” no Brasil? Quais evidências históricas e empíricas possibilitam pensar teoricamente a relação entre o discurso *nativo* sobre as “cores” e a discriminação racial? Em *Preconceito racial: modos, temas e tempos*, ele enfrenta novamente esse desafio. O autor pretende a um só tempo apresentar didaticamente o tema do preconceito racial ou de cor na agenda das pesquisas sociológicas, responder com sutileza as críticas que lhe foram feitas nos últimos anos e estreitar o diálogo com os intelectuais negros e as organizações civis de combate ao racismo.

Em sociedades em que “raças” e racismo nem sempre foram evidentes para as ciências humanas, esse é um percurso intelectual arriscado. Algumas críticas têm sido frequentemente dirigidas às interpretações

sociológicas de Guimarães. A primeira delas seria uma tendência em analisar categorias de cor como elementos que só fazem sentido tendo em vista a estrutura socioeconômica brasileira e as desigualdades raciais aí manifestas. Problema enunciado pelos críticos como um “mal de escola”, uma consequência inerente à matriz estrutural-funcionalista que orienta os pesquisadores filiados ao paradigma sociológico das relações raciais. Prejuízo este que estaria manifesto nos trabalhos do sociólogo baiano, seja pela pouca atenção dada à formação das identidades culturais, seja pelo tratamento funcionalista do discurso nativo sobre a cor, visto apenas como a “realidade aparente” que vela a “realidade concreta” da existência das raças sociais<sup>2</sup>.

Outra objeção apresentada aos trabalhos do autor diz respeito a uma certa cumplicidade entre suas ideias e algumas das principais bandeiras que caracterizam o movimento negro contemporâneo: a construção política de uma identidade cultural afro-brasileira em contraposição ao dogma de uma identidade nacional mestiça; o uso de estratégias racialistas para enfrentar as desigualdades sociais como ações afirmativas nas universidades; a crítica ao chamado mito da democracia racial.

Ao “tomar partido” pela reivindicação política negra, Guimarães incorreria em algumas faltas graves: ignorar que muitos dos descendentes africanos mobilizam cotidianamente o ideário de uma cultura mestiça para obter respeito e minimizar os efeitos do racismo<sup>3</sup>; reabilitar o anacrônico conceito de raça; não levar o mito da democracia racial a sério, no sentido antropológico do termo, e portanto ignorar seu componente utópico de uma sociedade colorida e sem raças, logo sem racismo<sup>4</sup>. Nesse sentido, nada justifica uma eleição *a priori* do atual racialismo negro e sua linguagem étnica como via correta de combate às desigualdades sociais.

O mais novo livro de Guimarães não poderia ser indiferente a tantas críticas. De partida, aprendemos que a cor não tem um significado estático. O uso de

classificações de cor para representar grupos humanos é um fenômeno encontrado em diversas sociedades ao longo da história, nem sempre referidas às relações de poder. O problema sociológico apresenta-se na medida em que as cores se tornam critérios “naturais” de hierarquização das pessoas, por exemplo quando a ideia de cor “branca” se torna uma fonte simbólica de carisma grupal e alocação desigual de recursos para os descendentes de europeus nas sociedades pós-coloniais. Nas palavras do autor: “As teorias raciais, ao surgirem no século XIX, já encontraram prontas as classificações de cor. Essas teorias tentaram sem grande sucesso, no Brasil e no mundo, deslocar as categorias de cor, criando novos nomes, pretensamente científicos: caucasiano, em vez de branco; mongolóide, em vez de amarelo; negróide, em vez de negro etc. *No uso popular, todavia, prevaleceu a antiga classificação de cor, acrescida do novo significado racial*” [grifos nossos] (p. 17). O problema proposto por Guimarães começa justamente onde a crítica de Andreas Hofbauer termina: uma vez que a cor não é mera “função” da raça ou sua “realidade aparente”, como delimitar o conteúdo racista imerso no simbolismo das cores? Os capítulos segundo e terceiro de *Preconceito racial* demonstram como essa questão tem embaraçado os analistas, sobretudo a partir dos anos de 1950, quando o chamado ciclo de pesquisas da Unesco inaugurou a agenda sociológica brasileira com o tema do *preconceito de cor*. Esse conceito sofria fissuras e interpretações variadas, fosse porque as fronteiras dos supostos “grupos raciais” do país não lhes pareciam tão definidas, fosse devido à inexistência na maioria da “população de cor” de um sentimento de indignação traduzido em termos político-raciais.

Somente com a reemergência do movimento negro ao cabo dos anos de 1970 impõe-se uma nova agenda de pesquisa para a sociologia brasileira. “Quando um movimento social de amplitude internacional (o MNU) pôs na ordem do dia as desigualdades e discriminações raciais [...] nosso desafio pas-

sou a ser outro [...] qual seja, como são definidas as fronteiras raciais no Brasil?” (p. 62). Esse *fato social* esvaziou o sentido das investigações anteriores e tornou evidente a defasagem teórica nacional em matéria de relações raciais. A crítica ao “mito da democracia racial”, sintetizada por intelectuais negros como Abdias Nascimento, Eduardo Oliveira Oliveira, Beatriz Nascimento, Hamilton Cardoso, Lélia González e muitos outros, inseriu no debate público a concepção moderna de racismo, transformando a “luta contra o preconceito de cor” em combate à *discriminação racial*.

A contestação negra conectava-se dessa forma ao novo conceito sociológico de racismo, que o redefiniu menos em termos de doutrinas ideológicas e mais como o conjunto de fatores que produz a distribuição assimétrica das posições sociais entre negros e brancos. Em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979), Carlos Hasenbalg aplicou essa concepção já desenvolvida na sociologia norte-americana e demonstrou o impacto autônomo da variável *discriminação* como fator explicativo para desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil. Fato corroborado por diversas pesquisas posteriores e expresso na reivindicação do movimento negro por ações afirmativas.

Nesse sentido, Guimarães considera que as polémicas atuais sobre o caráter das relações raciais no país e o *revival* antropológico do “mito da democracia racial” assentam-se na recusa acadêmica e política da concepção moderna de racismo. O mito, no sentido antropológico do termo, enfatizaria que a cultura brasileira comporta uma afirmação ritualizada dos princípios do não racismo, mistura e libertação do indivíduo de qualquer determinação “racial”, “considerados fundamentais à constituição da ordem social. E, como todos os mitos e leis, não deixa de ser contrariado com uma frequência lamentável”<sup>5</sup>. A coexistência entre o ideal não racista e a discriminação racial estaria assim explicada com o benemérito de não recorrer à noção de *raça* – criticada como

uma categoria nativa norte-americana – para evidenciar o racismo.

Essa abordagem de nítido viés estruturalista, ao tornar a ideia de democracia racial um fato a-histórico<sup>6</sup>, a despeito de intentar uma crítica à importação de categorias nativas norte-americanas ou à elucidação do que é tipicamente brasileiro no racismo praticado entre nós, em verdade não consegue ultrapassar as fórmulas que deram “legitimidade intelectual às categorias nativas do passado” (p. 105). O relativo êxito de audiência desse modelo explicativo paira no hiato entre interação social e reprodução ampliada das desigualdades raciais. Isto é, a dificuldade de se explicar como a ação social de indivíduos particulares retroalimenta o conjunto das desigualdades raciais.

A investigação dessa problemática é o programa de pesquisa sugerido em *Preconceito racial*. Ele suscita o questionamento das fronteiras disciplinares que, em matéria de relações raciais, relegaram à antropologia os estudos de *interação social*, deixando a cargo da sociologia o problema das desigualdades. Essa separação resultou em prejuízos notáveis para a teoria sociológica e adquiriu contornos mais rígidos com a politização da questão racial na esfera pública brasileira. Mais do que retorno a mitos, o livro instiga à construção de narrativas sociológicas densas, capazes de reconectar *indivíduo, sociabilidade e estrutura social*: um horizonte de intervenção qualificada nos problemas que afligem negros e brancos brasileiros.

Afora o escrutínio das teias ideológicas que perfazem o tema das relações raciais, a principal qualidade do livro é conciliar a complexidade do debate acadêmico com a escrita acessível ao público em geral. Excelente exercício de divulgação científica que, sem subestimar o leitor não especializado por meio de reducionismos sociológicos, oferece um bom panorama das questões mais candentes que envolvem o problema do preconceito racial em nosso país.

## Notas

1. Entre os trabalhos mais importantes do autor, destacam-se *Racismo e anti-racismo no Brasil*, São Paulo, Editora 34, 1999; *Classes, raças e democracia*, São Paulo, Editora 34, 2002; *Preconceito e discriminação*, São Paulo, Editora 34, 2004.
2. Ver Andreas Hofbauer, *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*, São Paulo, Unesp, 2006, pp. 415-416.
3. Ver Sérgio Costa e Denílson Luis Werlé, “Liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 49, 1997, p. 177.
4. Em crítica à coletânea *Tirando máscaras: ensaios sobre racismo no Brasil*, organizada por Antonio Sérgio Guimarães e Lynn Huntley, o antropólogo Peter Fry afirmou: “Eles continuam pensando que os arranjos de ‘mistura’ e ‘democracia racial’ apenas escondem uma ‘realidade’ que fica muito próxima à ‘realidade’ racial dos Estados Unidos da América. [...] Os *ideais* do não racialismo e da libertação do indivíduo de qualquer determinação ‘racial’, que no Brasil se tornaram ideologia oficial por muitos anos e que informam a visão de muitos brasileiros até hoje, são valores cada vez mais raros no mundo contemporâneo. Contra as obsessões étnicas e raciais que têm produzido os mais terríveis conflitos e a maior mortandade humana da história recente, vale a pena levar esses ideais a sério” (Neide Esterci, Peter Fry e Mirian Goldenberg [orgs.], *Fazendo antropologia no Brasil*, Rio de Janeiro, DP&A, pp. 52-53).
5. Neide Esterci, Peter Fry e Mirian Goldenberg, *op. cit.*
6. Para o autor, a sociologia não pode prescindir de uma história crítica de seus conceitos. Ver “Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito”, in A. S. A. Guimarães, *Classes, raças e democracia*, São Paulo, Editora 34, 2002.